

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XL

Pessoa e Vieira

TERESA RITA LOPES



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2019

Pessoa e Vieira

Teresa Rita Lopes

Quando se terá dado o encontro de Pessoa com Vieira? «Ainda criança», diz Pessoa, pela pena de Bernardo Soares:

«Lembro-me, como do que estou vendo, da noite em que, ainda criança, li pela primeira vez numa selecta o passo célebre de Vieira sobre o Rei Salomão. “Fabricou Salomão um palácio...” E fui lendo, até ao fim, trémulo, confuso; depois rompi em lágrimas, felizes, como nenhuma felicidade real me fará chorar, como nenhuma tristeza da vida me fará imitar. Aquele movimento hierático da nossa clara língua majestosa, aquele exprimir das ideias nas palavras inevitáveis, correr de água porque há declive, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais — tudo isso me toldou de instinto como uma grande emoção política.» (*Livro(s) do Desassossego*, p. 348).

Leu, em criança, mas onde? Na biblioteca da Mãe, em Durban? (Para lá partiu, com ela, em 1896). Quando regressou a Portugal, em gozo de férias de um ano (1901-1902)? Recordemos que, por essa altura, o jovem Pessoa criou no *Palrador* (um jornal manuscrito a que se aplicou), em 24.5.1902, uma das suas primeiras «personalidades literárias», Eduardo Lança, cuja vida foi inspirada pela sua própria mas também, parece-me, pela de Vieira. Senão porque teria feito nascer na Baía esse Eduardo Lança que, acrescenta-se, era órfão (como Pessoa), tinha feito estudos comerciais e seguido, na Baía, essa carreira? (Lembremos que, no ano seguinte, Pessoa iria matricular-se, em Durban, na Commercial School que, de facto, lhe forneceu formação para o seu ganha-pão futuro.) Vieira não nasceu na Baía mas para lá foi com os pais aos sete anos (segundo António José Saraiva, noutras biografias, aos seis), idade com que Pessoa foi para Durban. Eduardo Lança é apresentado, no referido jornal, como possuidor de «um estilo verdadeiramente português» e decidido a prosseguir, na escolhida segunda pátria, o seu destino de escritor. Dois dos poemas publicados trazem a indicação

de terem sido escritos na «Terceira»: de facto, a essa ilha se deslocou o jovem Pessoa, em visita à família materna, em Maio de 1902. (Informação, poemas e fac-símile do jornal em *Pessoa por Conhecer*, volume II, pp. 139-141.)

Terá nascido então, assumidamente, a sua vocação para cidadão militante da pátria-língua-portuguesa. De facto, já então estendia os limites da sua amada língua, praticada por ele e pelos cidadãos desse pessoal universo que começava a formar-se, até ao Brasil e Açores. Recordemos que, mais tarde, defenderá com ardor a necessidade, para o tal «Império da Cultura» com que se pôs a sonhar, de cultivar os nossos laços culturais com o Brasil. (Afirmou, curiosamente, mais do que uma vez, que as colónias não nos eram para isso necessárias — creio que, sobretudo, para se demarcar do nacionalismo estadonovista que profundamente abominou).

Data, de facto, dos últimos anos da sua estada em Durban o propósito que explicitou (em texto inédito) de lutar contra o que chamou, mais tarde, a nossa «descategorização civilizacional». Deu-se então conta de que, naquela parte do mundo, as pessoas com quem lidava nada sabiam sobre os portugueses, descobridores daquelas paragens. Mais, teve o desgosto de constatar que, numa obra inglesa, confundiam Portugal com a Espanha. Anotou então o seu propósito de traduzir *Os Lusíadas*, de fazer um ensaio sobre Vasco da Gama e de escrever, em inglês, uma tragédia sobre o mito nacional de Inês de Castro.

A relação com Vieira — como ele, desde sempre, um espírito de missão — não se limita a uma influência literária: é algo muito mais profundo e estruturante, que Pessoa incorporou muito cedo e de que até, provavelmente, nem já se daria conta. Talvez por isso são relativamente poucas as referências que lhe faz.

Vieira foi, para ele, um Mestre no sentido espiritual da palavra. Dir-se-ia que o conhecimento da sua vida e da sua obra actuou como uma iniciação, a partir da qual Pessoa se sentiu diferente por se ter encontrado consigo — por se ter finalmente tornado quem realmente era.

Para Pessoa, o génio era, de facto, uma iniciação: «Iniciado divino é, por exemplo, um Shakespeare. A este tipo de iniciação vulgarmente se chama génio.» (*Obra Poética e em Prosa*, III, pp. 433-4.)

Num texto ainda inédito, Pessoa diz que o Padre António Vieira pertence já à categoria dos anjos. Respondendo, durante uma entrevista, à pergunta sobre que obra de história mais o influenciara, respondeu que *História do Futuro*, do Padre António Vieira.

É curioso constatar que, no trecho do *Livro(s) do Desassossego* inicialmente citado, o admirador de Vieira, talvez por ele influenciado, compara a intensidade da emoção estética experimentada à de uma «emoção política» — o que será uma surpresa para os que imaginam Pessoa isolado, no mundo paralelo das suas ficções, indiferente a tais emoções. A verdade é que as tinha, e intensas (como o seu Mestre), sobretudo se relacionadas com a missão de que toda a vida se sentiu investido.

Não podemos perder de vista, para entender a vida e a obra de tais criaturas, que eles são, de facto, seres de excepção. Mas o génio de que ambos se sabiam dotados era sentido não com orgulho mas com um pesado sentido de responsabilidade.

Pessoa chama-lhe, num texto dos seus vinte anos, «mandato subjectivo» (*Pessoa Inédito*, I, p. 59) e diz, na conhecida carta de 19.1.1915 a Armando Côrtes-Rodrigues, assumindo-se como «fundamentalmente um espírito religioso», com «a consciência de um dever a cumprir para [consigo próprio] e para com a humanidade»: «devo à missão que me sinto uma perfeição absoluta no realizado, uma seriedade integral no escrito.» A consciência da «religiosa missão que todo o homem de génio recebe de Deus com o seu génio» e «do fim criador-de-civilização de toda a obra artística», faz que queira cada vez mais estar «à altura das qualidades» recebidas. Esforça-se, por isso: por «ter uma acção sobre a humanidade, contribuir com todo o poder do [seu] esforço para a civilização» e, mais, «não [pensa] em fazer arte que não seja para erguer bem alto o nome português através do que consiga realizar.» E não deixa de acrescentar, mais adiante, que tudo o que escreveu sob os nomes de Caeiro, Reis, Campos vai nesse sentido.

Também Vieira assume a sua obediência a um «mandato subjectivo» quando escreve:

«Se servi, se pelejei, se trabalhei, se venci, fiz o que devia ao rei, fiz o que devia à pátria, fiz o que devia a mim mesmo: e quem se desempenhou de tamanhas dívidas, não há-de esperar outra paga. [...] Quem mais é, e mais pode, mais deve.»

A maior dessas responsabilidades, foi, para Pessoa, desempenhar-se da sua missão de ser «um criador de civilização», um «criador de cultura», segundo suas

próprias expressões. *Mensagem*, a única obra que fez total questão de publicar, apresenta, na sua Segunda Parte, «O Encoberto», no tríptico intitulado «Os Avisos», um «Primeiro» intitulado «Bandarra», um «Segundo», «António Vieira» e um «Terceiro» a que mais nada acrescenta mas em que reconhecemos Pessoa, o autor do livro: «Escrevo meu livro à beira-mágua», diz. Este tríptico reúne os profetas desse «Império da Cultura», por ele também apelidado de Quinto Império, os que anunciam o Encoberto: o sapateiro de Trancoso, o Padre António Vieira e ele próprio, como se pode depreender.

É comum a Vieira e Pessoa a convicção de serem profetas, isto é, intermediários de Deus que se faz ouvir através das suas vozes. Aliás, como médium, também no plano literário, Pessoa se sente e apresenta, nomeadamente quando afirma que se limita a escrever o que alguém lhe dita — Deus ou essas criaturas que através de si se manifestam, os seus heterónimos. Esta pode ser, entre muitas, uma das explicações da heteronímia.

Se não levarmos em conta essa função de profeta que Pessoa se atribuiu, como missão, desde a juventude, não entenderemos alguns dos textos que publicou, nomeadamente o primeiro, com que se estreou na revista *A Águia*, em 1912, «A Nova Poesia Portuguesa», em que anuncia «o Supra-Portugal de amanhã», «o tal Supra-Camões» e afirma:

«A nossa grande Raça partirá em busca de uma Índia nova, que não existe no espaço, em naus que são construídas “daquilo de que os sonhos são feitos”.»

Mais tarde, Pessoa se interrogará, na sua permanente demanda do caminho para o tal mítico Império, Quinto ou da Cultura, para Pessoa vem a dar no mesmo: «Qual é, em relação às circunstâncias do nosso tempo, a equivalência das Descobertas?» (*Pessoa Inédito*, p. 232.)

Lembremos a importância que os sonhos proféticos tiveram tanto para Vieira como para Pessoa. Ambos interpretaram as profecias oníricas de Bandarra, às vezes com Nostradamus no horizonte. Curiosamente, Pessoa divide em «sonhos» um poema dramático que compõe nos seus primeiros tempos de Poeta em português, *O Encoberto* — que faria parte de um projectado tríptico, «O triplo regresso do Encoberto», segundo uma nota inédita. Também planeou um «D. Sebastião,

poema sinfónico», em tempos simbolistas (*F. Pessoa et le drame symboliste*, pp. 133-134). Em 1910, pouco antes da implantação da República, Pessoa dedicava-se a um poema épico, intitulado *Portugal*, de que escreveu o «Epílogo» e acrescentou, depois da data («Agosto-Setembro 1910») o entusiástico comentário: «Recentes e gloriosos dias tornaram, felizmente, visionária esta poesia prefacial». (*F. Pessoa et le drame symboliste*, 2.^a ed., ilustração 42.) (Não esquecer que Pessoa, ao contrário do que tem sido afirmado, até por seus biógrafos, era, nesta altura, militantemente republicano.)

Deveria também intitular-se «Portugal» esse livro, *Mensagem*, que fez questão de publicar antes de morrer, e que foi projecto de uma vida. Teria sido, significativamente, em 1928, que escreveu parte dos poemas de *Mensagem*. A verdade é que Pessoa acreditou que o golpe militar de 1926, instaurando uma ditadura que desejou passageira, um simples «interregno» (título do opúsculo profético que publicou em 1928 para a apoiar), abriria caminho e criaria condições para o «império da cultura» com que sonhava. Mas o livro reúne poemas muito anteriores, nomeadamente de 1913, de 1918 (em que acreditou que Sidónio pudesse inaugurar uma «República Nova», o mítico Quinto Império) e posteriores, até 1934. Será o único livro em português de que cuidou a estrutura. Dividido em três partes, intitula-se a primeira «Brasão» (apresenta os heróis fundadores de Portugal, históricos ou lendários); a segunda, retoma o «Mar Português» (friso de heróis da expansão portuguesa); a terceira parte será sobretudo consagrada a D. Sebastião e ao Quinto Império.

Será oportuno referir que, tanto Pessoa como Vieira, têm sido apodados de loucos visionários ao anunciarem, aquele, o regresso de D. Sebastião, este, o de D. João IV, e, sucessivamente, o de D. Afonso VI e D. Pedro II. Não percebem os que sorriem que pregar o advento do Desejado era uma estratégia congregadora de energias (Pessoa o disse claramente) para alimentar um mito que queria acordar os portugueses para o desejo de serem de novo «criadores de civilização» (segundo a expressão de Pessoa), num momento em que a pátria precisava que acreditassem nela e, no caso de Vieira, que a defendessem dos espanhóis. Para Vieira como para Pessoa, a vinda do Desejado não era necessariamente a de uma determinada pessoa, João ou Sebastião, mas apenas um mito susceptível de congregar os portugueses em torno de um projecto. Pessoa di-lo claramente, esclarecendo mesmo que esse advento podia ser o de um acontecimento, não o de

uma pessoa, que representasse esse renascimento desejado. O que lhes importava, a Vieira como a Pessoa, era a estratégia que lhes permitisse manter viva nos portugueses a chama do desejo do Desejado. O desejo era mais importante que o Desejado. Não esqueçamos que a guerra com Castela continuou muito para além de 1640, sendo muitos nobres a favor da integração castelhana, e que era, por isso necessário manter os portugueses mobilizados para preservar a sua tão ameaçada independência.

Poder-se-á perguntar se Vieira acreditava mesmo na ressurreição de D. João IV e seus descendentes, sobretudo depois do incumprimento das suas profecias, e se Pessoa, por seu lado, cria no regresso de D. Sebastião. No que respeita a Pessoa, ele disse claramente que não, tomando posição quanto ao que chamava os «sebastianistas literais» que, como escreve, «enganadamente supunham pessoal e carnal esse Regresso» (*Pessoa Inédito*, p. 229).

Noutros escritos diz que o Desejado é uma «metáfora», «um símbolo», «um conceito». Num texto em que denuncia «a fraqueza do sebastianismo tradicional», tendo sido os seus intérpretes «ensinados a crer pelo espírito católico», afirma: «O Encoberto, porém, é um conceito nosso; para que venha, é preciso que o façamos aparecer, que o criemos em nós através de nós.» (*Ibid.*, p. 228.)

E acrescenta, mais adiante, neste mesmo texto: «Não há homens salvadores. Não há Messias. O máximo que um grande homem pode ser é um estimulador de almas, um despertador de energias alheias.» Lembremos que, noutro texto, Pessoa confessou querer ser algo de equivalente: um «indisciplinador de almas» — na medida em que, para agir sobre as «almas», era preciso, primeiro, indiscipliná-las, fazê-las despertar de suas rotinas — lutar contra esse «espírito católico» que denigre nos «sebastianistas literais».

Respondendo a um inquérito de Augusto da Costa, no *Jornal do Comércio e das Colónias*, (28-5 e 5-6-1926), em plena euforia de esperança pelo que o golpe militar de Gomes da Costa iria trazer, Pessoa declara:

«Há só uma espécie de propaganda com que se pode levantar o moral de uma nação — a construção ou renovação e a difusão conseqüente e multimoda de um grande mito nacional. De instinto, a humanidade odeia a verdade, porque sabe, com o mesmo instinto, que não há verdade, ou que a verdade é inatingível. O mundo conduz-se por mentiras; quem quiser

despertá-lo ou conduzi-lo terá que mentir-lhe delirantemente, e fá-lo-á com tanto mais êxito quanto mais mentir a si mesmo e se compenetrar da mentira que criou. Temos, felizmente, o mito sebastianista, com raízes profundas no passado e na alma portuguesa. Nosso trabalho é pois mais fácil; não temos que criar um mito, senão que renová-lo.»

Não nos devemos sentir chocados com o verbo «mentir» que não tem, para Pessoa, a conotação negativa que habitualmente recebe: é equivalente a «fingir», que também não tem, para o nosso criador de ficções, um sentido pejorativo. Ao declarar-se, no célebre poema «Autopsicografia», um «fingidor», Pessoa quer dizer que o papel do poeta não é sofrer os seus sentimentos em público mas representá-los, no palco da literatura, mesmo que correspondam ao que intimamente sente. É um mediador, às vezes um médium de si mesmo (que é o que o título, «Autopsicografia», quer dizer.). No que respeita aos mitos sebastianista e do Quinto Império, o papel de Pessoa é o de ser o tal «despertador de energias», criando, para isso, estratégias e mesmo, o que chama, no início do último texto citado, uma «propaganda» (expressão várias vezes usada noutros textos com propósito semelhante, sem o mínimo matiz pejorativo, antes pelo contrário). O povo, que só existe colectivamente, como afirma, precisará do Sebastianismo como de uma religião. Por isso, propõe: «Troquemos Fátima por Trancoso». O escol (Pessoa divide as classes não segundo os seus meios económicos mas a sua cultura) não precisa de religião organizada (a sua religião é a arte).

Num poema contemporâneo de «Autopsicografia», «Isto», Pessoa começa por dizer: «Dizem que finjo ou minto / Tudo o que escrevo. Não. / Eu simplesmente sinto / Com a imaginação» e acaba propondo: «Sentir? Sinta quem lê!».

Penso que, em relação à crença no Desejado e no Quinto Império, Pessoa, tendo em conta os seus leitores de *Mensagem* e de um futuro livro planeado, *Quinto Império*, adaptaria o último verso: «Crer? Creia quem lê!» E não estou longe de pensar que o mesmo se poderia dizer de Vieira. É impossível que ele tivesse crido, com verdadeira crença, nos sucessivos Desejados que foi fazendo desejar — por uma estratégia semelhante à de Pessoa, para manter o povo mobilizado por um mito congregador. Vieira dispunha, aliás, de um verdadeiro palco, o seu púlpito, onde podia exercer, bem melhor do que Pessoa, a arte de

representar os seus sentimentos. E os seus sermões dão testemunho, em alto grau, dos seus dons histriónicos.

É curiosíssimo verificar que Vieira, na sua *História do Futuro*, sempre pragmático, atribui o que ele próprio chama três «utilidades» (Vieira era um homem de acção!) às profecias enunciadas nesse livro. Talvez Vieira acreditasse, ou *quase* acreditasse, que, ao proferir as suas profecias, Deus usava a sua voz para se exprimir (Pessoa escreve, no *Livro do Desassossego*: «creio, ou *quase* creio»...) Mas estava certo, ah isso sim, de que se Deus lhe fornecia essa espada, a arte de a usar, de com ela esgrimir, tinha que ser dele.

Apetecia exprimir o seu sentimento adaptando a expressão popular: «Fia-te na Virgem e não corras» a uma outra, que Vieira não enjeitaria: «Fia-te nas profecias e não corras»... De facto, a propósito da batalha de Ourique, em que Deus, pela primeira vez, firmou com Portugal a aliança que Vieira recordará ao próprio Deus, num dos seus sermões, fazendo de nós seu «povo eleito», adianta que D. Afonso Henriques, depois da revelação do sucesso da futura batalha, animado pelos «lumes e alentos da profecia» (*História do Futuro*, I, p. 70), se foi aos reis mouros com uma valentia que de certo não teria se Deus lhe não tivesse profetizado a vitória. Outra das «utilidades», assim por ele chamadas, da revelação das profecias do Quinto Império (Vieira escreve mesmo: «Um dos fins principais por que escrevo esta *História*») é dissuadir os reis espanhóis de se quererem reapoderar de Portugal, convencendo-os de que nada poderiam contra a vontade de Deus de fazer de Portugal seu povo eleito (*Ibid.*, I, p. 8).

Ludicamente, mas sempre profeticamente, Pessoa fez de Alberto Caeiro um Desejado, previsto por Nostradamus — como escreve António Mora, um teórico desse Novo Paganismo que Pessoa inventou quando criou Caeiro e os seus discípulos, em 1914, para o contrapor ao catolicismo vigente. (*Pessoa por Conhecer*, II, p. 408)

Mestre Caeiro (por isso Mestre) seria um Novo Cristo, solar, pagão, vindo para ensinar que o seu reino é deste mundo (tal como o Cristo do Quinto Império anunciado por Vieira). Curiosamente, num poema adiante citado, deste ano de 1914, Pessoa dirige-se ao Encoberto como «Cristo de Portugal», e pergunta-lhe mesmo: «Quando virás destronar Cristo»?

Este triângulo: Encoberto — Alberto Caeiro — Cristo de Portugal leva, de facto, às mais fantasiosas consequências a ficção pessoana... Mas ele era assim...

No que respeita ao Quinto Império, há, contudo, substanciais diferenças na maneira como Vieira e Pessoa sonhavam esse Reino Universal, apesar de ambos, como pacifistas que eram, o imaginarem sem guerras: para Vieira, a fé católica imperaria como «única fé», com o Papa à cabeça, e todos obedeceriam a um único monarca, português. Pessoa, era militantemente contra a por ele chamada «Igreja de Roma» e contra o seu Papa (entre outras razões, suponho, por este ter mandado matar o grão-mestre dos Templários, esses cavaleiros-monges que tinham ajudado D. Afonso Henriques a edificar Portugal, e entre os quais Pessoa fantasiava existirem antepassados seus, dizendo-se, ele próprio, «templário português»). Não haveria, portanto, para Pessoa, nesse sonhado Quinto Império, o imperialismo da fé católica nem — ousa afirmar — imposição de nenhuma religião. O Desejado seria um Rei português, sim, mas que, como um Mestre, cuidaria dessa Cultura que faria dos felizes súbditos dessa Idade de Ouro seres iniciados numa forma superior de vida. Pessoa fala mesmo de um «Imperialismo da Cultura» (*Obra Poética e em Prosa*, III, p. 719) que procuraria, imagino, não criar súbditos mas cultores de novos valores civilizacionais. Viver-se-ia no domínio do ser, não do ter.

Para esse Império cultural teríamos, afirma Pessoa, «uma língua apta para isso, isto é: (a) rica; (b) gramaticalmente completa; (c) fortemente nacional» (*Ibid.*, p. 725).

Esse Império apoiar-se-ia sempre no Brasil, «que tem por língua nacional o português» e teria «de buscar a Ibéria, de cuja personalidade espiritual participa» (*Ibid.*, p. 728).

Para Pessoa, esse Império seria, essencialmente, o da língua e da cultura portuguesa — adiantando ainda que o aparecimento de escritores que nobilitassem essa língua (é claro que pensava no tal Supra-Camões, isto é, em si próprio...) abriria caminho ao «Império da Cultura» que profetizava.

Por vezes, Pessoa parece Vieira a pregar: «“Fará paz em todo o mundo”, diz o Bandarra de D. Sebastião.» (*Ibid.*, p. 728.) E mais adiante, neste mesmo texto, acrescenta: «Queremos impor uma língua, que não uma força; não hostilizamos raça nenhuma, de nenhuma cor, como em geral não temos hostilizado, [...] Assim nossa índole prepara para aquela fraternidade universal que a teosofia anteprega, e que é, de há tanto tempo, a doutrina social íntima dos Rosa-Cruz.» E dir-se-ia que, animado pelo pragmatismo de Vieira, vai dizendo: «Que mal haverá em nos

prepararmos para este domínio cultural, ainda que não venhamos a tê-lo? [...] Se falharmos, sempre conseguimos alguma coisa — aperfeiçoar a língua. Na pior hipótese, sempre ficamos escrevendo melhor.»

Não se pode dizer que Pessoa não fosse realista, como também o era Vieira, em relação à crença no Quinto Império... Continuando a dar rédea solta à imaginação, Pessoa não hesita em definir o profetizado «imperialismo» como «de poetas»: «É um imperialismo de poetas? Seja. A frase não é ridícula senão para quem defende o antigo imperialismo ridículo. O imperialismo de poetas dura e domina; o dos políticos passa e esquece, se o não lembrar o poeta que os cante.» (*Ibid.*, 729.) Os que, ainda hoje, culpam Pessoa de «imperialista» devem atentar na caracterização de «ridículo» que faz do «antigo imperialismo».

Repare-se que esse Quinto Império com que Pessoa sonha é tão utópico como a Ilha dos Amores, de *Os Lusíadas* — afinal, a Idade de Ouro (e a metáfora alquímica convém perfeitamente ao nosso Poeta) em que todos os homens estariam irmanados pela Poesia (praticada por pensamentos, palavras e obras...) mas, muito especialmente, pela língua portuguesa. Essa «Índia nova», ele acentuou, não existiria «no espaço», como acima o ouvimos afirmar, e as novas caravelas seriam da mesma matéria «de que os sonhos são feitos». Mas quem pode provar que o Quinto Império sonhado por Vieira é menos utópico que a Ilha dos Amores, de Camões, e a «Índia nova», de Pessoa?... Todos eles poetas, mesmo Vieira, apesar de só escrever em prosa, se moviam, pelo sonho, nessa dimensão sem espaço nem tempo em que entreviam os seus paraísos...

Num apontamento solto, Pessoa anota: «a circunstância curiosa de o dos maiores crentes, se não o maior, no Bandarra ser o Padre António Vieira, o maior representante cultural da língua portuguesa.» (*Pessoa Inédito*, p. 234). E recorde-mos, a propósito, que Pessoa chama a Vieira, num verso de *Mensagem*, «Imperador da língua portuguesa».

É, pois, Pessoa que reúne, na primeira afirmação referida, as suas duas maiores afinidades com Vieira: profeta, inspirado por outro profeta, Bandarra, e máximo «representante cultural» da língua portuguesa, «uma das mais completas, subtis e opulentas línguas do mundo» como a adjectivou. (Prefácio a *Alma Errante*, de Eliezer Kamenezky, p. 20.) E acrescenta que «a simplicidade do que tem a dizer-nos [o autor do livro que prefacia] não exige, é certo, os contornos de Vieira ou as cambiantes de *Orpheu*.» É, de facto, curioso que, para exaltar o

esplendor da nossa língua, invoque, associadamente, Vieira e ele próprio, como representante máximo de *Orpheu*.

O entusiasmo com que Pessoa celebrou a breve passagem de um ano de Sidónio Pais pela vida política nacional (1917-1918) teve que ver com a fantasia de que este seria um D. Sebastião reencarnado: assim o apresenta no célebre poema «À memória do Presidente-Rei» — publicado no jornal sidonista *Acção* (1919), de que foi, com Geraldo Coelho de Jesus, o principal motor. Sim, Pessoa também foi, ocasionalmente, um homem de acção — não, é claro, tanto como o seu Mestre Vieira nem da mesma forma, mas é preciso dizer que também, com persistente ânimo, era capaz de se bater pelos seus objectivos imediatos.

Mercê de uma das suas interpretações cabalísticas (prática que tinha em comum com Vieira), Pessoa viu uma coincidência profética no facto de Sidónio começar por S, como Sebastião e como Serpente, símbolo de Portugal. Quando, em 1928, redigiu «Interregno», em defesa da Ditadura Militar (que desejava provisória, como sempre venceu), fê-lo em tom profético: «É este o Primeiro Sinal, vindo, como foi prometido na Hora que se prometera». É, aliás, provável que o novo S, inicial de Salazar, lhe tenha aparecido como «sinal», também... Bem se arrependeu dessa ilusão no final da vida: empenhado em denunciar Salazar como o tirano mesquinho que se revelara («Assistimos à cesarização de um contabilista», escreve), Pessoa renegou «Interregno», excluindo-o da sua bibliografia.

Outro traço em comum com Vieira é a sua atitude sempre heterodoxa, e, às vezes, mesmo adversa, em relação ao poder. No caso de Vieira, a sua fidelidade a D. João IV ia-lhe causando a expulsão da Companhia de Jesus. O seu regresso ao Maranhão (1652) foi um exílio imposto — que ele tornou tão combativo, na defesa dos Índios, que acabou por ser expulso de lá, em 1661, pelos colonos e obrigado a regressar a Lisboa. Morto o seu protector, D. João IV, em 1656, viu-se a braços com a Inquisição em 1665-1667, processado pela sua obra *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo, primeira e segunda vidas de El-rei D. João IV*, tendo sido preso e proibido de pregar. Amnistiado depois da deposição de D. Afonso VI, partiu em 1669 para Roma, onde se dedicou a pregar (em italiano) e a desmascarar o Tribunal do Santo Ofício português que chegou a ser suspenso pelo Papa.

Vieira encontrava-se, afinal, entre três censuras: a da sua Companhia, que reprovava muitas das suas atitudes, a da Inquisição de Lisboa e a de Roma. A sua

obra *Clavis Prophetarum*, deixada inacabada e em fragmentos, foi censurada pelo Tribunal da Inquisição de Coimbra, em 1666 e 1667, como o faz notar o seu tradutor e, mais tarde, pelo Vaticano (*História do Futuro*, II, p. 129).

De passagem, notemos mais uma semelhança com Pessoa, que deixou em estado fragmentário (como Vieira a *História do Futuro* e *Clavis Prophetarum*) todas as obras que foi escrevendo ao longo da vida, salvo *Mensagem* e *Mad Fiddler*.

Também Pessoa foi vítima da Censura: da salazarista, depois de, em 4 de Fevereiro de 1935, se ter frontalmente oposto, no *Diário de Lisboa*, ao projecto de lei que, proibindo as associações secretas, visava particularmente a maçonaria. Pessoa terá mesmo projectado escrever um livro sobre as campanhas anti-maçónicas internacionais. Num texto escrito na continuação do artigo de 2.4.35, Pessoa declara guerra aos estadonovistas que, como outras vezes acontece, apoda de «reaccionários»: «O meu artigo foi somente o primeiro aviso de uma campanha a fazer; nem sou só eu que a faço nem ela é feita só em letras. Assim o querem? Assim o terão. Amigos reaccionários: em guarda!» (*Pessoa Inédito*, p. 333.) Confessou, noutro texto, que o seu principal prazer era «estorvar os reaccionários portugueses».

Ei-lo, como tantas outras vezes e contrariando a abulia de que se queixava, brandindo a lança contra o fanatismo, a intolerância e a tirania — o dragão das três cabeças que confessava combater. No seu último ano de vida, essa cruzada contra o que chamou «o sovietismo direitista da União Nacional» (*Pessoa Inédito*, p. 367) manifestou-se através de textos vários, até de uma carta ao Presidente da República a pedir a demissão de Salazar em que o apoda de «aldeão letrado», num tom oratório que bem podia ser o do seu mestre Vieira, no púlpito:

«Chegámos a isto, Senhor Presidente: passou a época da desordem e da má administração; temos boa administração e ordem. E não há nenhum de nós que não tenha saudades da desordem e da má administração. Não sabíamos que a ordem nas ruas, que as estradas, as pontes e as esquadras tinham de ser compradas por tão alto preço — o da venda a retalho da alma portuguesa.» (*Ibid.* pp. 375-376.)

Noutro texto, contemporâneo deste, Pessoa acusa Salazar de mandar censurar o seu nome em toda a imprensa nacional: «Registramos o bem que se definem

determinadas pessoas — talvez uma só — e instituições quando dão ordens a uma Censura de que se corte qualquer referência favorável, ainda que puramente literária, a um poeta que se lembrou de... defender num jornal a Maçonaria.» (*Ibid.*, p. 336.)

Escritos neste mesmo ano de 1935, encontram-se no espólio vários poemas contra Salazar e o Estado Novo, alguns dactilografados com abundantes cópias em papel de seda para, aparentemente, serem distribuídos como panfletos. Apreciamos passagens de um deles, em que Pessoa se insurge particularmente contra essas «directrizes» que Salazar disse querer impor à arte, na sessão de distribuição de prémios em que a *Mensagem* foi distinguida:

*Com «directrizes» à arte
Reata-se a tradição,
E juntam-se Apolo e Marte
No Teatro Nacional
Que é onde era a Inquisição. (Ibid., p. 378.)*

A propósito de Inquisição, outra profunda afinidade de Pessoa com Vieira vem do conhecimento que ambos tinham da história e dos mitos dos judeus, constantes ou não no Velho Testamento, e do respeito que por eles nutriam. Pessoa tinha mesmo ascendência judaica por parte do pai, por isso se declarou descendente, com evidente orgulho, «de fidalgos e judeus». Um desses antepassados, Sancho Pessoa, astrólogo e salmista, foi condenado a confisco de bens pela Inquisição. Não foi por acaso que Pessoa fez nascer o seu heterónimo Álvaro de Campos em Tavira, onde tinham morado os seus avô e bisavô judeus, e o descreve com um vago ar de judeu português. Este mesmo Campos anunciará a um jornalista que o entrevistava «o futuro império de Israel», ao mesmo tempo que Pessoa, na sua própria pessoa, profetizava o Quinto Império português... Em seu próprio nome, Pessoa referir-se-á, com reverência, à «Santa Cabala» que conhecia em profundidade. Dir-se-ia que Pessoa, ponto de encontro de Fernando e Álvaro, já prefigurava essa conciliação, profetizada para o Quinto Império, entre o cristianismo e o judaísmo (recoremos que Pessoa se declarou, pouco antes de morrer, «cristão gnóstico»).

Vieira prezava os judeus muito mais do que podia dizer e até arranjou uma maneira de provar que os judeus peninsulares não tinham colaborado na morte

de Cristo, por não estarem lá, nessa altura... (Ver, a este respeito, a comunicação de Ana Maria Ramalhete no Congresso Internacional Padre António Vieira, «O Tempo e os seus Hemisférios», na Universidade Nova de Lisboa, 15-18 de Outubro 2008, «Das trevas à Luz ou o limiar de um novo tempo».)

Sempre pragmático, Vieira pugnou pelo regresso a Portugal dos judeus expulsos pela Inquisição, advogando os benefícios materiais que daí adviriam. António José Saraiva estuda em pormenor os encontros secretos que Vieira teve, em Amesterdão, com Menasseh Ben d'Israel e os acordos a que terá chegado com os rabinos portugueses nessa cidade.

O Quinto Império de Vieira seria, afinal, judaico-cristão. Vieira terá mesmo discutido secretamente com os rabinos de Amesterdão um acordo teológico, prevendo um «Terceiro Estado da Igreja» depois do Segundo Advento de Cristo em que previa o regresso dos judeus dispersos à Palestina.

Aliás, a situação de «povo eleito» que Vieira reclamava para Portugal, lembrando a Deus, no sermão contra os holandeses, que tinha firmado, em Ourique, uma aliança com os portugueses, era decalcada da do povo de Israel. Dir-se-ia que o Velho Testamento era, para Vieira, tão importante, pelo menos, como o Novo. Álvaro de Campos, no seu poema «Magnificat», (em que se tenta habituar à ideia de que a morte, que sempre o apavorou, seria o despertar do sono da vida) vibrante, todo ele, de emoção religiosa, evoca esse Josué do Antigo Testamento que suspendeu o tempo:

Esse mandará como Josué parar o Sol e eu acordarei;

E então será dia.

Sorri, dormindo, minha alma!

Sorri, minha alma, será dia!

Nos seus últimos tempos, Pessoa começou a sonhar com uma religião sebastianista: «Abandonemos Fátima por Trancoso», propõe. (*Fernando Pessoa, Vida, personalidade e Génio*, p. 266.) Faz então questão de que a religião dos portugueses seja absolutamente nacional e alimentada por mitos e valores nacionais.

Não será demais insistir que, para Pessoa, só o povo necessitava de religião. Como já frisámos, para o escol a arte bastava — a «metafísica recreativa» a que se entregariam e que tendia a tornar-se, ele o disse, numa «religião individual».

Não esqueçamos que a ficção de Mestre Alberto Caeiro e seus discípulos, que também foram seus evangelistas, assim funcionou.

Pessoa quis servir-se das tradições portuguesas, incluindo os romances de cavalaria, para essa religião. *Mensagem* acusa esse propósito. E numa entrevista que deu, quando o livro saiu, fala dessa tradição e de como *Mensagem* vem nessa linha.

Diz-se «templário português» (*Pessoa Inédito*, p. 334). (Podemos encontrar um auto-retrato dessa sua última fase no «cavaleiro monge» de um poema de 24.10.1932. (*Poesia*, III, p. 109)). E afirma que o Padre António Vieira foi o Grão-Mestre da Ordem Templária de Portugal. Não podemos esquecer que a Ordem Templária foi convertida, em Portugal, no reinado de D. Dinis, na Ordem de Cristo a que pertencia o Infante D. Henrique. Pessoa terá levado em conta a tradição de que muitos dos segredos sobre navegação lhe vieram dessa antiga experiência dos cavaleiros templários, grandes navegadores também. Acresce que também esta entrou em dormência, sendo substituída pela Companhia de Jesus. Como perspicazmente faz notar António Quadros, Pessoa parece insinuar que o Padre Vieira teria secretamente continuado a tradição templária, mantendo-a ressuscitável. (*Fernando Pessoa, Vida, personalidade e Génio*, p. 266.)

Um importantíssimo poema de 1934, desconhecido até recentemente, convida, no estilo épico de *Mensagem*, os novos templários, esses portugueses «que são / O Portugal que é tudo em si»: «Seu peito atrai, rubra e templária, / A Cruz de Cristo» — «Soldados não, mas sacerdotes, / Do Quinto Império».

E à sua hermética maneira, o Poeta profetiza que esse futuro Quinto Império chamado de «Reino Universal», será:

O Portugal feito Universo,
Que reúne, sob amplos céus,
O corpo anónimo e disperso
De Osíris, Deus.
(*Poesia* III, p. 229)

Pessoa pensou muito a sério numa «religião como fenómeno ligador de almas» (*Obra Poética e em Prosa*, III, p. 690). Essa religião, o Sebastianismo, prestaria um culto a D. Sebastião a quem chama, num poema de 1914, «Cristo de

Portugal» (*Poesia I*, p. 235): «Quando virás destronar Cristo, / Ó Encoberto?» (Curiosamente também Oliveira Martins fala de D. Sebastião como do «Cristo Português».)

Uma análise vagarosa dos recursos estilísticos de Pessoa face aos de Vieira daria matéria para um livro. Limitar-nos-emos a algumas considerações no limitado espaço de que dispomos.

Para ambos, a palavra é criadora. Para Vieira, a palavra de Deus e de Adão antes da culpa cria aquilo que nomeia. Por isso a palavra não é um signo arbitrário, em que significante e significado se correspondem por convenção estabelecida. Segundo António José Saraiva, para Vieira «as palavras são apenas coisas no sentido em que as coisas são manejáveis, divisíveis, utilizáveis.» Por isso ele «retalha-as, destrói a correspondência biunívoca entre significante e significado.» (*O Discurso Engenhoso*, p. 31.) Sabemos, através de experiências feitas por Pessoa de que o Espólio guarda o rasto, que o título de *Mensagem* provem da utilização, bem à maneira de Vieira, de letras retalhadas de três palavras latinas: «Mens ag(itat mol)em».

Também para Pessoa a palavra é muito mais do que um sinal convencional. Em «O Marinheiro», assistimos à criação duma criatura, o Marinheiro, pela acção conjunta do verbo poético e do sonho das três personagens em cena que, uma vez existente, cria pelo mesmo processo o mundo em que se instala. E uma das personagens confessa o seu pavor de que Deus tivesse proibido o seu sonho por ele se ter tornado «mais real do que Deus permite». Outra das personagens declara: «É por isto que me apavora ir, como por uma floresta escura, através do mistério de falar». Em toda a obra de Pessoa, como na de Vieira, está presente «o mistério de falar».

Muito haveria a dizer, se para isso espaço houvesse, sobre o gosto pelo paradoxo de ambos: Pessoa declarou-se «um recortador de paradoxos» e encarou mesmo reuni-los num livro, «O Livro do Paradoxo» (*Pessoa Inédito*, p. 44).

Não podemos, contudo, deixar de atentar noutra traço comum: a dramatização do discurso. Tal como Pessoa, que toda a vida pretendeu ser entendido como um poeta dramático, Vieira, nos seus sermões, é um autêntico dramaturgo, fazendo ao mesmo tempo o papel de autor, encenador e actor. Consegue criar a presença dos ausentes que quer tornar presentes, sejam eles Júlio César, Alexandre Magno, o Diabo ou o próprio Deus. Recordemos o poderoso sermão «Pela

vitória das nossas armas contra os holandeses», pregado na Baía seis meses antes da restauração da independência, luminosamente analisado por António José Saraiva. A situação teatral criada no púlpito por Vieira, talvez a mais intensa de toda a sua vida de pregador, não se pode dizer que quisesse impressionar uma audiência selecta: dirigia-se não à corte mas aos estarecidos colonos que, perante a ameaça dos holandeses, temiam por suas casas e plantações. E já aqui o então jovem pregador esgrimia com a palavra com a intensidade e a arte que caracteriza os seus sermões. Quer, naturalmente, dominar, vencer. Mas, estranhamente, é com o próprio Deus que se põe a esgrimir, recorrendo a todos os argumentos susceptíveis de o vencer e convencer a dar a vitória ao seu povo eleito, com quem firmara uma aliança antes da batalha de Ourique — é Vieira que insistentemente lho recorda. Recorre até ao argumento já usado por Moisés, no Sinai, como Saraiva faz notar (*Ibid.*, p. 95), de meter Deus em brios, lembrando-lhe que vai ser mal visto por dar a vitória aos heréticos dos holandeses.

A intensidade pungente deste sermão denuncia a ânsia de domínio que Vieira punha no uso da palavra, dando à linguagem uma função que lhe não é própria e que ousou caracterizar como mágica porque, através dela, Vieira quer intervir no acontecer, dirigi-lo, comandá-lo, tentando penetrar num domínio normalmente interdito aos mortais, o do próprio Deus, a quem quer forçar a mão. Neste sermão, Vieira aparece (atrevo-me a afirmá-lo) como o feiticeiro da tribo.

Pessoa foi seduzido, durante toda a vida, por essa dimensão desconhecida para que, também ele, tentava encontrar passagem — através de práticas mediúnicas várias e, muito particularmente, através da escondida magia das palavras em que acima de tudo acreditava. Mesmo acima de Deus, que foi sempre para ele, como para os cabalistas, inalcançável: «... a grande Ogiva, ao fim de tudo».

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 26 de fevereiro de 2009)

REFERÊNCIA COMPLETA DAS OBRAS CITADAS

Livro(s) do Desassossego, edição Teresa Rita Lopes, São Paulo, Global Editora, 2015, p. 348.

Teresa Rita Lopes, *Pessoa por Conhecer*, (2 volumes) Lisboa, ed. Estampa, 1990.

Pessoa Inédito, organização Teresa Rita Lopes, Lisboa, livros Horizonte, 1993.

- Teresa Rita Lopes, *F. Pessoa et le drame symboliste — héritage et créatin*, 2.^a edição, Paris, Centre Culturel Portugais, 1985 (3.^a edição: Paris, ed. La différence, 2004).
- Padre António Vieira, *História do Futuro*, Lisboa, Sá da Costa ed., 2008.
- F. Pessoa, *Obra Poética e em Prosa*, III, org. António Quadros, 1986.
- António Quadros, *F. Pessoa, Vida, personalidade e génio*, Arcádia, 1981.
- F. Pessoa, *Poesia*, III, ed. Manuela Parreira da Silva, Madalena Dine e Ana Freitas, Lisboa, Assírio & Alvim, 2006.
- António José Saraiva, *O discurso Engenhoso*, S. Paulo, Ed. Perspectiva, 1980.